

### 3

## Agricultura familiar brasileira nos dias de hoje

Conforme mencionado no capítulo anterior, a agricultura familiar brasileira assumiu um novo contorno a partir da década de noventa. Publicações recentes, como o último Censo Agropecuário (2006), que apresentou pela primeira vez uma publicação voltada exclusivamente para a agricultura familiar, demonstram que tem-se dado uma nova dimensão ao assunto.

O presente capítulo pretende apresentar os principais dados relativos à situação atual da agricultura familiar brasileira, buscando, com isso, obter subsídios para a elaboração e análise da pesquisa.

O último Censo Agropecuário (2006) registrou que havia 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar, o que corresponde a 74,4% do pessoal ocupado no campo. Desses 12,3 milhões, 11 milhões (90%) tinham laços de parentesco com o produtor, o que, segundo o Censo Agropecuário 2006 comprova que a união dos esforços em torno de um empreendimento comum é uma característica da agricultura familiar. Já os estabelecimentos não familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o correspondente a 25,6% da mão de obra ocupada. Um aspecto importante em relação ao pessoal ocupado da agricultura familiar é que do total apresentado, 909 mil possuíam menos de 14 anos de idade. Este número serve de alerta para uma agenda futura de pesquisa, tendo como foco as condições de vida dessas crianças, o que só reforça a preocupação de oferecer ferramentas que possibilitem a transformação do agricultor em empreendedor.

A importância da agricultura familiar fica ainda maior quando se analisa o seu número de estabelecimentos. O Censo Agropecuário 2006 identificou 4,37 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Apesar do numeroso contingente de agricultores familiares, a área ocupada por esse grupo não segue a mesma proporção. Os agricultores familiares ocupavam, no último levantamento, 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes dados só comprovam a estrutura

latifundiária ainda encontrada no meio rural brasileiro, onde muitos têm pouco e poucos têm muito. Os estabelecimentos não familiares representam 15,6% do total dos estabelecimentos e ocupam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares e a dos não familiares, de 309,18 hectares (Censo Agropecuário 2006, Agricultura Familiar: Primeiros Resultados).

A título de informação, a agricultura familiar participa em 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, entre outros. A cultura em que a agricultura familiar tinha a menor participação era a soja (16%), que se constitui como um dos principais produtos da exportação brasileira (Censo Agropecuário 2006, Agricultura Familiar: Primeiros Resultados).

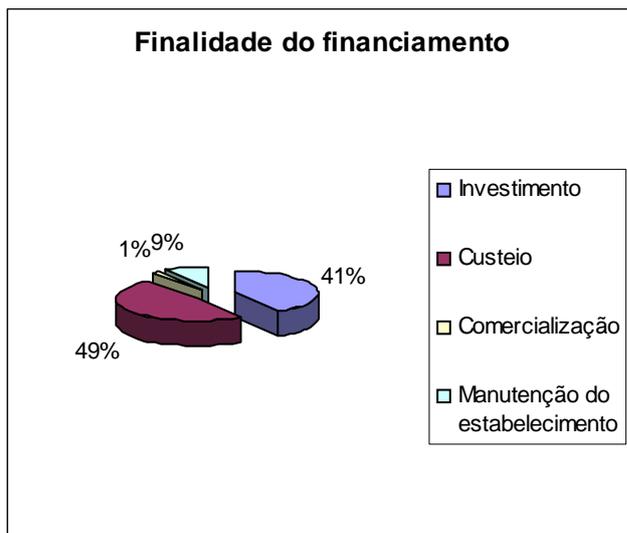
Uma parte desta produção é financiada com recursos de terceiros. A tabela a seguir demonstra que aproximadamente 832 mil estabelecimentos da agricultura familiar obtiveram financiamento no levantamento realizado em 2006, o que corresponde a 19% do total de estabelecimentos da agricultura familiar. A finalidade de maior procura foi o custeio (49%), seguida do investimento (41%), manutenção do estabelecimento (9%) e comercialização (1%).

Tabela 4 – Estabelecimentos que obtiveram financiamento em 2006 de acordo com a finalidade

	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento	Total
Agricultura familiar	343.981	405.874	8.285	73.818	831.958

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário 2006*

Figura 3 – Finalidade do Financiamento



Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário 2006*

O Censo Agropecuário mostra que do total de estabelecimentos familiares e não familiares que receberam financiamento no ano-base 2006, 85% tiveram como uma das fontes algum programa governamental (Censo Agropecuário 2006). Deste total, 79,01% receberam recursos do PRONAF, o que demonstra a importância deste programa de governo, voltado exclusivamente para a agricultura familiar.

O PRONAF Investimento oferece ao agricultor juros muito baixos e prazos bem longos em todas as suas linhas de atuação. No último Plano Safra (2008/2009), por exemplo, o PRONAF concedeu crédito voltado ao investimento, com juros anuais entre 1 e 5%, os quais se caracterizaram como os menores praticados em financiamentos rurais. Além de juros baixos, os prazos de financiamento foram longos, com até três anos de carência e até oito anos de amortização, na maioria das modalidades. Para repassar os recursos do PRONAF Investimento, o governo conta com o apoio de algumas instituições, entre as quais se destacam o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco do Brasil – BB e o Banco do Nordeste – BNB. O BB e o BNB concedem o financiamento diretamente aos agricultores familiares, enquanto o BNDES o faz por meio de seus agentes financeiros credenciados.

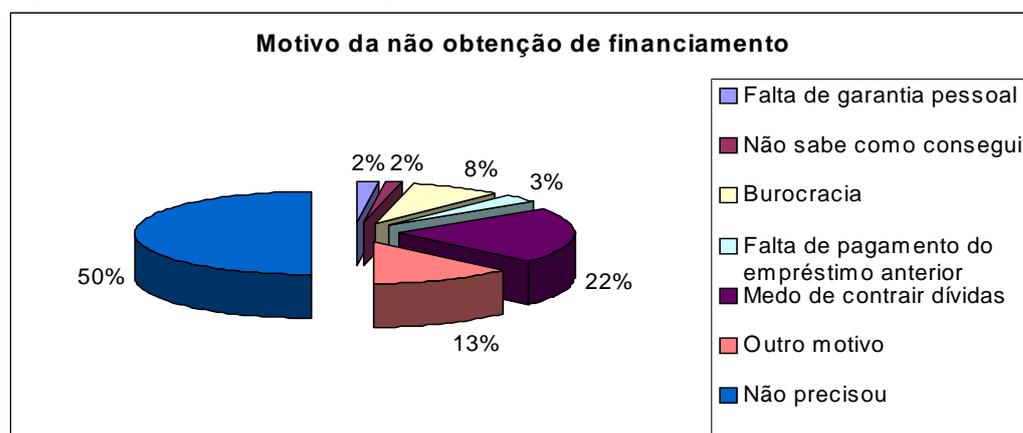
No Plano Safra 2005/2006, as condições para o investimento eram semelhantes. Em que pese condições favoráveis à decisão de investir, a procura por financiamento, sob o ponto de vista relativo (19%), foi baixa. Para saber se esse número deve ser ou não motivo de preocupação, precisa ser analisado o motivo da não obtenção de financiamento dos outros 81%. A tabela a seguir mostra que o motivo de maior ocorrência foi o de que o agricultor “não precisou” do financiamento (50%), seguido do “medo de contrair dívidas” (22%), “outro motivo” (13%), “burocracia” (8%), “falta de pagamento do empréstimo anterior” (3%) e “não sabe como conseguir” e “falta de garantia pessoal”, ambos com 2%.

Tabela 5 - Estabelecimentos que não obtiveram financiamento em 2006 – Motivo da não obtenção

Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou	Total
68.923	56.205	301.242	116.861	783.741	462.701	1.796.692	3.586.365

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário 2006*

Figura 4 – Motivo da não obtenção de financiamento



Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário 2006*

Em um primeiro momento, pensar que o agricultor não precisou do financiamento poderia ser considerado um motivo satisfatório, visto que se poderia imaginar que a razão para a ocorrência disso era que ele dispunha de recursos próprios para investir. No entanto, uma outra razão não tão satisfatória seria o fato de que o agricultor não precisou de financiamento porque

simplesmente não investiu. O Censo Agropecuário 2006 não apresenta os motivos da não necessidade de financiamento por parte do agricultor, mas este assunto poderia ser objeto de uma agenda futura de pesquisa.

Em relação ao segundo motivo de maior incidência, “medo de contrair dívidas”, este gera uma preocupação maior, principalmente por parte dos formadores de políticas públicas, pois, mesmo com juros tão baixos, o agricultor ainda tem medo de arriscar. Quase 800 mil estabelecimentos da agricultura familiar não solicitaram financiamento por receio de não conseguir arcar com suas obrigações. O governo, no entanto, parece estar atento a essas questões e apresenta instrumentos cuja finalidade é mitigar os riscos causados pelos intempéries da natureza. Um desses instrumentos é o Seguro da Agricultura Familiar – SEAF. O SEAF é um seguro destinado exclusivamente a agricultores familiares que contratam financiamentos de custeio agrícola no PRONAF. Além de cobrir todo o valor financiado, o seguro garante 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado. O SEAF foi instituído no âmbito do PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, cujo objetivo é garantir que o produtor não seja prejudicado por fenômenos naturais adversos.

Além de um programa que se preocupa com as perdas da lavoura causadas por fenômenos naturais, o governo se preocupou também em oferecer ao agricultor uma segurança em termos de preço de venda do produto, visto que em algumas lavouras, como a cana de açúcar, por exemplo, o primeiro corte se dá em torno de 18 meses após o plantio. Esse instrumento é o PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar. Seu objetivo é oferecer aos agricultores que acessaram o PRONAF um desconto no pagamento do financiamento, em caso de baixa de preços no mercado. Esse desconto corresponde à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto. Com o PGPAF, o agricultor familiar tem a certeza de que seus produtos financiados pelo PRONAF terão o custo de produção garantido.

Mais recentemente, o governo criou a Lei nº 11.947/2009, também chamada de Lei da Alimentação Escolar, que estabelece que pelo menos 30% dos produtos adquiridos para a alimentação dos estudantes assistidos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve vir da agricultura familiar. Com isso, o governo não só proporciona hábitos alimentares mais

saudáveis para os estudantes, como também garante um novo mercado consumidor para o agricultor familiar.

Provavelmente, uma boa parte dos 800 mil estabelecimentos da agricultura familiar que não solicitaram financiamento, por não possuir condições financeiras satisfatórias, não empreenderam por medo de correr riscos. Outros, talvez, resolveram empreender e, por conseguinte, correr riscos, mas com recursos próprios. A resposta para essas questões não foram apresentadas no Censo Agropecuário 2006. No entanto, o medo de contrair dívidas, mesmo que não se tenha uma análise aprofundada sobre o assunto, por si só já se apresenta como uma barreira para a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural.

Um motivo tão importante quanto os dois primeiros e que possivelmente está relacionado com outros citados na figura anterior diz respeito ao acesso limitado aos serviços financeiros pela população rural. Esta limitação está associada tanto à existência de poucas instituições financeiras no meio rural (em muitos municípios há, inclusive, a inexistência), quanto ao pouco ou nenhum interesse dos bancos em operar com populações de baixa renda (Bittencourt, 2003). No caso dos agricultores, o problema é ainda maior, pois como toda a sua renda varia de acordo com a safra e também depende diretamente de condições climáticas, o seu fluxo de despesa e recebimentos é irregular ao longo do ano.

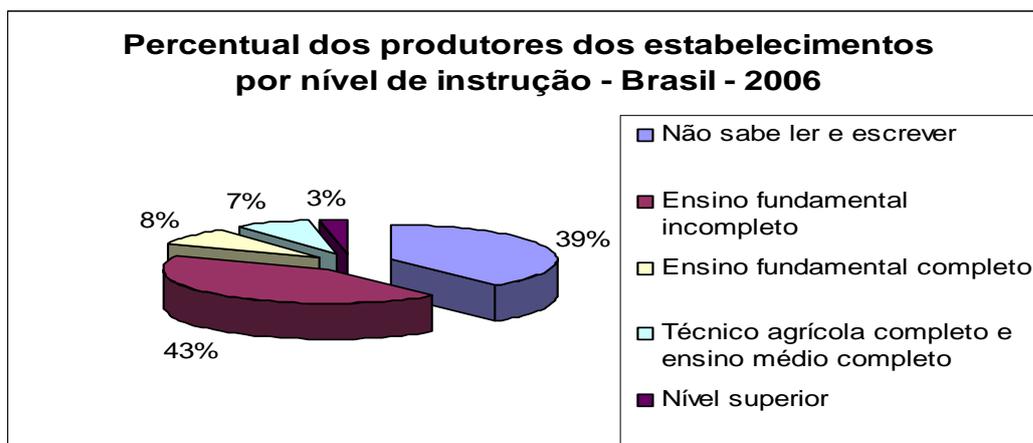
Uma outra questão que provavelmente está diretamente relacionada à decisão ou não de investir diz respeito à orientação técnica que o agricultor recebe. Considerando que apenas 19,6% do total de produtores agropecuários têm ensino fundamental completo ou mais instrução, a orientação técnica é de suma importância para dar a segurança necessária para que o agricultor resolva investir. Segundo o Censo Agropecuário 2006, 22% dos estabelecimentos receberam orientação técnica até aquele ano. Este percentual corresponde a 46% das terras. A área média do grupo assistido é de 228ha, enquanto a dos não assistidos é de 42ha, o que demonstra uma segmentação em função do tamanho do estabelecimento (Censo Agropecuário 2006). O governo tem um papel muito importante neste quesito, pois a área média de estabelecimentos que receberam orientação técnica de origem governamental é de 64ha e corresponde a 43% dos estabelecimentos assistidos. Já as orientações técnicas de origem privada atendem a estabelecimentos com uma área média de 506ha (Censo Agropecuário 2006). O último Censo Agropecuário afirma que o nível de instrução da pessoa que dirige o

estabelecimento tem uma forte relação com o recebimento de orientação técnica. Dos produtores com instruções igual ou inferior ao ensino médio incompleto, apenas 16,8% receberam assistência técnica, enquanto para os produtores com ensino fundamental completo este percentual sobe para 31,7%. Para os produtores com nível superior, excetuando-se aqueles com formação em ciências agrárias e veterinária, a assistência técnica alcança 44,7% dos estabelecimentos. (Censo Agropecuário 2006).

Além dos programas que mitigam os riscos do investimento e o programa que é praticamente um convite à decisão de investir, o governo também se preocupa com as condições da propriedade. Para isso oferece serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. O principal objetivo da ATER é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda. A ATER oferece todo o suporte que o agricultor necessita, mas como mencionado anteriormente, precisa ampliar sua abrangência de atuação e se preocupar mais com que os menos instruídos sejam mais assistidos.

A realidade do campo no Brasil é muito diferente do que se vê nos grandes centros urbanos. A figura a seguir reforça a dificuldade que muitas pessoas ainda possuem, nos dias de hoje, em imaginar um pequeno agricultor como um empreendedor. Do total de produtores dos estabelecimentos, 82% possuem nível de instrução igual ou inferior ao ensino fundamental incompleto.

Figura 5 – Nível de instrução dos produtores



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006

Além do governo e de seus agentes repassadores, as cooperativas de produção e as cooperativas de crédito também fornecem um ambiente institucional muito favorável ao agricultor. As primeiras permitem que os agricultores tenham condições de agregar mais valor à sua produção por meio de acesso a novas tecnologias, o que não seria possível se não houvesse um esquema de cooperativismo, em que todos unem forças em prol de um objetivo comum. Já as cooperativas de crédito, cujo início no Brasil se deu em 1902, por terem como alguns de seus associados os próprios agricultores locais, conhecem bem a sua realidade e as suas necessidades, funcionando como consultores e agentes intermediários entre os bancos, com suas linhas de crédito, e o pequeno agricultor.